

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletim Informativo

sumário

- tabela
- a sessão em retrospectiva
- pontos da agenda

Ano II

Número 11

Procuradoria-Geral da República.

Fev. 1997



A TABELA

Para a sessão extraordinária do dia 20 de Fevereiro p.p. estavam inscritos 36 pontos de agenda para o plenário, sendo 10 transitados da reunião anterior. Foram aditados mais 3 assuntos. A secção disciplinar teve 11 processos de inquérito para apreciação, quase todos (9) novos casos.

A ordem de trabalhos do Plenário compreendia:

- Período de antes da ordem do dia;
- 23 processos de inspecção, dos quais 5 vindos da última sessão;
- Reclamações de deliberações da Secção Disciplinar;
- Renovações de comissões de serviço de magistrados no Território de Macau e no Gabinete Director de Informatização Judiciária (GDIJ);

- Pedido de autorização para nomeação de magistrada, em comissão de serviço, como directora-geral adjunta da Polícia Judiciária;
- Nomeação de magistrados para o Conselho Consultivo e para Inspector do Ministério Público
- Designação de um Representante para a Comissão de Estudo e Análise da Regulamentação do Processo Fiscal;
- Pedidos de jubilação formulados por dois magistrados;
- Exposição de um procurador-geral adjunto;
- Apreciação de expediente em que era visado um magistrado; e
- Duas exposições apresentadas por dois substitutos do delegado do procurador da República.

A SESSÃO EM RETROSPECTIVA

O Conselho não apreciou cinco dos pontos inscritos na tabela da secção disciplinar, redistribuiu outros dois, e adiou 9 processos do Plenário, 4 relativos a processos de inspecção e os restantes aos pedidos de jubilação e às exposições apresentadas por substitutos do delegado do procurador da República.

Numa sessão dedicada na sua maior parte à apreciação do serviço de magistrados, regista-se que metade das classificações atribuídas são de mérito. No conjunto, foram apreciados 19 processos, englobando 20 magistrados, tendo sido

atribuídas 5 classificações de Muito Bom e outras tantas de Bom com Distinção, sendo, em ambos os casos, 3 a procurador da República e 2 a delegados do procurador da República, e 10 classificações de Bom.

A próxima reunião foi agendada para o dia 19 de Março e destinar-se-á, como estabelecido posteriormente pelo Conselheiro procurador-geral da República, à análise do anteprojecto de Lei Orgânica do Ministério Público que Sua Excelência o Ministro da Justiça se dignou submeter à apreciação do Conselho Superior

PONTOS DA AGENDA

Das **reclamações** para o plenário, numa, a pena foi amnistiada, e, nas demais, o Conselho manteve as penas impostas.

Foi ordenado o arquivamento do expediente em que era visado um magistrado.

Sobre a exposição de um procurador-geral adjunto, relativa a concursos de acesso de magistrados do Ministério Público ao Supremo Tribunal de Justiça,

o Conselho deliberou exprimir ao Conselho Superior da Magistratura e representar a Sua Excelência o Ministro da Justiça a sua preocupação.

Foram autorizadas as **renovações das comissões de serviço do delegado do procurador da República**, Lic. *Carlos José Machado*, no Território de Macau, e do Lic. *Emílio José Sampaio Correia*, no Gabinete Director de Informatização Judiciária.

Foi **autorizado** o pedido formulado pelo Director-Geral da Polícia Judiciária para nomeação, em comissão de serviço, da delegada do procurador da República, *Lic. Maria Helena Pereira Loureiro Correia Fazenda*, directora-geral adjunta da Polícia Judiciária.

O Juiz Conselheiro *Lic. Ireneu Cabral Barreto* foi nomeado vogal do **Conselho Consultivo**, o procurador da República *Lic. José Marques Rodrigues*, **Inspector do Ministério Público** e o

procurador-geral adjunto *Lic. António Mota Salgado* foi designado como Representante para a **Comissão de Estudo e Análise da Regulamentação do Processo Fiscal**.

Na Secção Disciplinar, dos 6 inquéritos apreciados, dois foram redistribuídos, um, por o relator ter ficado vencido e o outro, por ter sido pedida escusa pelo relator; os restantes quatro foram mandados arquivar.

